

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 11 de setembro de 2012.

**Local: Sala de reuniões do CREAS III, na AV.Rio de Janeiro,nº. 1288 - Centro**  
**Data: 11 de setembro de 2012, Terça-feira.**

1 Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e doze, com primeira convocação às 8:00hs e  
2 segunda convocação às 8:15hs.na sala de reuniões do CREAS III Av. Rio de Janeiro, nº  
3 1288, Centro, (Ao lado do Centro de Economia Solidária, próximo ao Cemitério São Pedro),  
4 realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, sob a  
5 Presidência da Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social. Estiveram presentes  
6 **os Conselheiros Titulares Governamentais:** Maria Inês Louro; Neusa Harumi Tiba; Simoni  
7 Michele de Oliveira Schibelsky; Cirlene Maria Ferreira Fonseca; Denise Galhardi Motter; Edna  
8 Aparecida de Carvalho Braun. **Conselheiros Suplentes:** Sâmia Machado Mustafá; Ednadi  
9 Silva Pereira Biliatto; Aurélio Caetano da Silva. **Ausências Justificadas - Conselheiros da**  
10 **Sociedade Civil Organizada-:** Silvia Helena da Silva; Maria Vany Souza da Costa Neves;  
11 Maria de Fátima dos Santos Reale Prado; Lídia da Conceição Lucas Loback; Doralice  
12 Aparecida dos Reis; Ilis Flavia Camargo; Ordália de Fátima Braganholi Ferreira; Carla  
13 Mancebo Esteves;Jaqueline Fernandes Senra Teófilo.**Conselheira Suplente na**  
14 **Titularidade: Conselheiras Suplentes:** Ellen Priscila Marques Figueiredo; Mariana Barros  
15 de Oliveira; Nelma dos Santos Assunção; Jaqueline Francis Marcos **Ausências**  
16 **Justificadas:** Sueli Aparecida Lourenço; Ilis Flavia Camargo. **Registraram presença:**  
17 Marcinei Barreiros-CRAS-Leste(estagiária); Paulo Lúcio Aragão-CRAS-Leste; Maria Eliza  
18 Chagas Silva-CRAS-Norte B; Kelly Cristina Lemes dos Santos-CRAS-RURAL; Neusa  
19 Fernandes-APS-Down; Ângela Denise H. Cavalheiro-Manain-COL; Hileli Souza Resende  
20 Benne-COL; Janaina Marques Neves-ILECE; Lorraine Moraes Ferreira-Gerência de Transf.  
21 Renda; Ana Lucia Conde-Provopar-LD; Samanta Soares dos Santos-Adefil/CRAS-Centro A;  
22 Tatiane da Silva Prado-Adefil/CRAS-Centro A; Nivia Maria Polezer-SNAS/Gerência  
23 Monitoramento; Márcia Gonçalves Valim Paiva-EPESMEL/convênio; Marta Masterson dos  
24 Santos-EPESMEL(ESTAGIÁRIA) Convivência; Rosana C. Barbosa-(estagiária)  
25 EPESMEL/Convivência; Edina A.C. Braun-COHAB; Lissandra Chanquini Urbaneja-CRAS  
26 Centro-A/ADEFIL-Convênio; Daniele Pedrosa Fioravante Tristão-CREAS 3; Josiani S.S.  
27 Nogueira-SMAS; Valdinéia Lucia B. de Souza-Provopar-CRAS Oeste-B; Luana de Souza  
28 Canultro-Provopar-CRAS OesteB Irene Frutuoso-APAE Londrina; Sandra C. Bianconi da  
29 Silva-DG-SUAS/SMAS. Leitura e aprovação da pauta: 1- Apreciação da pauta; 2- Debate

**Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 11 de setembro de 2012.**

30 com os candidatos para Prefeito de Londrina agendado para o dia 13/09/2012(SINCOVAL);  
31 3- Aprovação do Termo de Compromisso da Política de Assistência Social a ser assinado  
32 pelos candidatos no dia do debate; 4- Diretoria de Gestão do Sistema Municipal de  
33 Assistência Social; 5- Apresentação do serviço do Centro de Referência Especializado de  
34 Assistência Social – CREAS 3; 6- Indicação de um conselheiro do CMAS para compor a  
35 Instância de Controle Social – ICS do programa Bolsa Família; 7- Relato das Comissões; 8-  
36 Palavra aberta – usuários(as); Informes: a) Reunião com o presidente do Conselho Municipal  
37 de Saúde sobre as inscrições das instituições que prestam apoio na área da saúde; b)  
38 Reunião com a instância de Controle Social; c) Ofício nº 883/2012 Ministério Público envio da  
39 cópia da ata do dia 21/06/2012 com o Ministério Público referente a inscrição das instituições  
40 de Educação Especial; d) Notícia veiculada na Folha de Londrina no dia 26/08/2012 sob o  
41 título “Saúde recebe menos verba que assistência social em Londrina”. O primeiro item de  
42 pauta é sobre o debate com os candidatos a prefeitura de Londrina. A presidente informou  
43 que no dia 05 de setembro, os conselhos (CMAS e CMDCA) reuniram-se com os assessores  
44 dos candidatos para deliberarem sobre o debate a ser realizado no dia 13 de setembro de  
45 2012 as 14:00 hs no Sincoval. Os assuntos pautados para o debate com o(a)s candidato(a)s  
46 a Prefeito de Londrina foram: Prioridade Absoluta: Crianças e Adolescentes do Município de  
47 Londrina, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente; Democratização do  
48 processo de Planejamento e Elaboração do Orçamento Público; Princípios da Administração  
49 Pública; Conselhos Municipais; Prioridades resultantes das Conferências Municipais;  
50 Captação de recursos para o Município; Orçamento Criança; Sistema Único de Assistência  
51 Social, Gestão Plena e o processo de municipalização dos serviços de responsabilidade  
52 estatal; Integração das Políticas Públicas no atendimento as demandas da comunidade;  
53 Qualificação dos serviços; Conselho Tutelar; Relação entre o governo e a rede não  
54 governamental; Servidores do Executivo; Estrutura de Licitação do Município; Demandas do  
55 Município na área da Criança e do Adolescente; Demandas do Município na área da  
56 Assistência Social; Atendimento a zona rural do Município; Alternativas para aumento da  
57 arrecadação do Município; População em situação de rua; Das demandas existentes no  
58 Município de Londrina, o que é atribuição e responsabilidade do Município, do Estado e da  
59 União. Esses assuntos foram repassados para a Assessoria do(a) candidato(a)s para o(a)s  
60 candidato(a)s tenham conhecimento sobre os temas que serão abordados no debate, pois já  
61 devem fazer parte do plano de governo. Foi explicado para os candidatos que no dia do

**Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 11 de setembro de 2012.**

62 evento, será sorteado a sequência do(a)s candidato(a)s no início do evento e a cada rodada,  
63 as perguntas serão sorteadas, significando que ninguém responderá a mesma pergunta.  
64 Também foi previsto nas regras que, caso o candidato se comporte com desrespeito de  
65 qualquer natureza, perderá a chance de participação naquele bloco. A presidente ressaltou a  
66 importância da participação de todos. Passamos para o segundo item da pauta que trata do  
67 termo de compromisso com os candidatos, este termo foi elaborado seguindo o mesmo  
68 modelo adotado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que por  
69 sua vez adotou o padrão definido pelo Estado. Foi realizada a leitura a proposta do Termo de  
70 Compromisso para plenária. A Sra. Helena Veronesi da APSDOW perguntou sobre as  
71 questões relacionadas a pessoa com deficiência. A presidente informou que, quem deve  
72 promover debate sobre as questões voltadas para a Política de Atenção a Pessoas com  
73 Deficiência é o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O Sr. Paulo  
74 Sérgio Aragão sugeriu que sejam acrescentadas questões sobre as pessoas com deficiência  
75 e, a presidente explica que até a data de ontem poderia ser realizada, o envio das questões,  
76 no entanto a Comissão já efetuou a sistematização das questões e não será possível fazer  
77 alterações, uma vez que envolve a presença de representantes dos dois Conselhos – CMAS  
78 e CMDCA. A presidente ressaltou ainda que todas as perguntas serão sorteadas no  
79 momento do(a) candidato(a) responder a questão e, portanto nenhuma pergunta será  
80 realizada no local por algum participante diretamente ao candidato. A vice presidente Maria  
81 de Fátima resgata todo o histórico da organização deste debate, da sua relevância e  
82 importância, mas que diante da falta de participação das pessoas, da falta do envio de  
83 perguntas, esta relembra que na reunião da mesa diretora (realizada em 06/09) sugeriu para  
84 presidente deste conselho, que hoje traria para esta reunião formulários (perguntas) prontas  
85 para serem realizadas pela plenária para serem inseridas no debate com os candidatos a  
86 prefeito (a), pois existem questões relevantes que precisam ser encaminhadas, que por uma  
87 série de questões não foram encaminhadas e propõe a inserção pelo menos duas questões.  
88 A conselheira Samia Mustafá sugeriu que sejam acrescentadas perguntas junto as temáticas  
89 que já foram elaboradas. A presidente Neusa sugere que ao final da reunião os conselheiros  
90 elaborem as propostas de perguntas para serem inseridas, ficando este encaminhamento  
91 deliberado pela plenária. Ficou aprovado o Termo de Compromisso com os candidatos, com  
92 a inclusão da proposta a ser formulada pela comissão até o final desta reunião. Passamos  
93 para o próximo ponto de pauta: Leitura e aprovação da ata do dia 12 de julho de 2012.

**Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 11 de setembro de 2012.**

94 Aprovada a ata a qual será encaminhada com a resolução. Passamos para o próximo item de  
95 pauta sobre o trabalho realizado no CREAS 3, Daniele Fioravante, coordenadora do CREAS  
96 3 e Josiane Nogueira, Gerente de Média Complexidade da Proteção Social Especial iniciam a  
97 apresentação sobre o fluxo de atendimento e o trabalho realizado no CREAS 3, Daniele inicia  
98 fazendo o resgate da municipalização deste serviço. Ressalta que com a municipalização a  
99 equipe foi ampliada, abordam a sistematização da metodologia, números referenciados  
100 desde junho de 2010 (982), julho de 2011 (1243), e recentemente levantando em julho de  
101 2012 (1442) atendimentos referenciados. Apresenta o quadro de profissionais com o número  
102 de casos referenciados, respectivamente o quadro de profissionais ideal para atender a atual  
103 demanda de atendimentos referenciados. A conselheira Cirlene Maria Fonseca pergunta para  
104 quando esta a agenda de atendimento do CREAS 3, Daniele responde que esta em final de  
105 setembro e início de outubro dependendo da região. A Sra. Valéria, psicóloga do CRAS Sul,  
106 pontua que o atendimento às famílias do CRAS 3 não pode ser uma responsabilidade  
107 atribuída ao CRAS, pois caso seja, torna-se um hiato entre os serviços. Os CRAS devem  
108 trabalhar a prevenção. A presidente Neusa ressalta que o CREAS 3, que executa o PAEFI, é  
109 a porta de entrada do público para a Proteção Social Especial e torna-se inviável a adoção de  
110 agendamento para realizar todos os atendimentos. Há a necessidade de ter uma equipe que  
111 realiza a acolhida de todas as famílias imediatamente no momento da procura pelo serviço.  
112 O acompanhamento poderá ser agendado, mas a acolhida não poderá funcionar dessa  
113 forma. Explicou que estamos tratando de um serviço da Política de Assistência Social e de  
114 demandas que envolvem situações de violência contra crianças e adolescentes. Ficou  
115 deliberado que a comissão de Análise e acompanhamento de serviços e a Gerência de  
116 monitoramento e avaliação da SMAS fará o acompanhamento da execução do PAEFI. A  
117 seguir, passamos para o próximo ponto de pauta para tratar sobre a Instância de Controle  
118 Social do Programa Bolsa Família. A presidente solicita a participação de conselheiro(a)s  
119 para compor a comissão da Instância de Controle Social, informando que a conselheira Vani  
120 (ALIA) já representa a sociedade civil e necessita de mais um suplente. As conselheiras Silvia  
121 representando o Núcleo Espírita Irmã Scheila e Jaqueline representante do Instituto Filadelfia  
122 se prontificaram a fazer parte desta comissão. Ficou deliberado que a conselheira Silvia será  
123 a suplente. Passamos para o próximo ponto de pauta sobre o relato das comissões. A  
124 conselheira Carla Esteves da comissão de Análise e Acompanhamento do serviços informa  
125 que realizaram as visitas mas o relato ficará para próxima reunião. Informa também que será

**Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 11 de setembro de 2012.**

126 agendado uma reunião com a comissão de cadastro. A conselheira Samia Mustafá relata  
127 comissão de cadastro: Solicitação de inscrição da EPESMEL para atividade denominado  
128 “Zona Azul” – a comissão emite o parecer indeferindo a solicitação, por considerar que não  
129 é um serviço da Política de Assistência Social. O CMAS delibera pelo indeferimento;  
130 solicitação de inscrição na modalidade Garantia e Defesa de Direitos da instituição ALIA – a  
131 comissão relata que falta ainda a apresentação do relatório de atividades de 2011; a  
132 instituição LBV fez a solicitação de inscrição, no entanto a comissão solicitou a readequação  
133 dos dados do formulário para cadastro; a comissão emite parecer favorável à inscrição dos  
134 serviços de atendimento às pessoas com deficiência: APAE, ILECE, Associação Flávia  
135 Cristina, APS Down, COL, Congregação de Irmãs da Pequena Missão para Surdos  
136 condicionado da seguinte forma: prazo de adequação dos serviços mediante execução das  
137 ações até dez/2013 e, realização de acompanhamento sistemático da comissão de Análise e  
138 Acompanhamento do serviços para fins de monitoramento dos respectivos planos em  
139 conformidade ao Sistema Municipal de Monitoramento e Avaliação em vigência e o CMAS  
140 deliberou pela aprovação da inscrição; a comissão emite parecer favorável a solicitação de  
141 inscrição da instituição Lar Maria Tereza Vieira e o CMAS deliberou pela aprovação da  
142 inscrição; a comissão trouxe a situação das duas instituições que executam o serviço no  
143 territórios em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social, enquanto não  
144 conclui o processo de municipalização de todos os CRAS que são a PROVOPAR e ADEFIL.  
145 A comissão informa que nesse processo de transição, estas duas instituições executam o  
146 atendimento às famílias em 5 territórios. Marcia Valin pergunta se todos os municípios do  
147 país já estão trabalhando com o serviço PAIF, no entanto existe um plano de providência  
148 para o município. Sandra Bianconi esclarece que Londrina tem até dezembro de 2013 para  
149 realizar as ações que constam no plano de providência. Marcia Avalin sugere que até 2013 o  
150 município utilize outra nomenclatura para o serviço que não seja PAIF. A conselheira Cirlene  
151 Fonseca explica que não é possível mudar a nomenclatura. A conselheira Samia Mustafá  
152 explica que não estamos abrindo uma modalidade nova estamos tentando inserir o serviço.  
153 Expõe que é preciso definir a modalidade para não termos inscrição de todas entidades que  
154 realizam qualquer atendimento a população. O conselheiro Aurélio Caetano, explica que  
155 pode ser uma alternativa a nomenclatura de transição até o final de ano. A secretária  
156 executiva Denise Fank explica que devemos ver como esta no plano de providência, qual o  
157 respaldo para fazer uma única resolução com tudo que estamos discutindo. A presidente

**Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 11 de setembro de 2012.**

158 Neusa complementa que deve ser feita uma única resolução que contemple estes serviços.  
159 Sandra Bianconi relata que o Estado fez um monitoramento com os CRAS este ano, realizou  
160 uma reunião com a secretaria de assistência social Célia Andrade, mas que não trouxeram  
161 nenhuma avaliação das visitas realizadas nos CRAS, apenas pediram que a Secretaria de  
162 Assistência Social, responda o que não foi feito em 2012. Segundo a Diretora de Gestão do  
163 Sistema Municipal de Assistência Social Sandra Cristina Bianconi, na ocasião foi relacionado  
164 o que realizamos e o que ainda não foi executado com a devida justificativa e, pedindo mais  
165 prazo para que possamos concluí-las. A presidente pergunta se esse conselho está  
166 devidamente esclarecido para deliberar sobre este assunto. A Secretária executiva Denise  
167 Fank de Almeida esclarece que dessa deliberação será emitida uma Resolução para  
168 regulamentar os procedimentos posteriores. Diante da necessidade de complementação de  
169 alguma informações, inclusive sobre o prazo para conclusão do processo de Municipalização,  
170 o CMAS deliberou que o assunto seja pautado na próxima reunião novamente, para que  
171 sejam apresentadas os dados complementares. A seguir, a conselheira Silvia (Irmã Sheila)  
172 expõe sobre a reunião que acontecerá com o Secretário Municipal do Trabalho sobre o co  
173 financiamento do serviço de profissionalização de adolescentes e da importância de trazer  
174 para este conselho os encaminhamentos deliberados no evento e solicita pauta para a  
175 próxima reunião com o objetivo de discutir os encaminhamentos. O assunto será pautado  
176 para a próxima reunião. Passamos para o próximo ponto de pauta sobre as possíveis  
177 alternativas para viabilizar a participação dos conselheiro(a)s representantes de usuário(a)s  
178 nas reuniões e eventos do CMAS, considerando aquele(a)s que estão trabalhando como  
179 diaristas e podem perder a diária, no caso de efetivar os compromissos assumidos como  
180 conselheiro(a)s. Foi proposto a concessão de cupom para estes conselheiros para que não  
181 tenham prejuízo financeiro, pela falta no trabalho devido a sua participação nas reuniões.  
182 Visando criar maiores condições de participação dos usuários neste conselho, a conselheira  
183 Jaqueline que representa a OAB trouxe para a reunião a análise que realizou sobre o  
184 benefício eventual cupom e os critérios técnicos para concessão. A conselheira Doralice que  
185 representa os usuários expõe sua situação, relatando que ganha R\$700,00 mês para cuidar  
186 de sua família e de seus filhos, que desde o ano passado não recebe mais benefício do  
187 Programa Bolsa Família, pois perdeu, mas está tentando reverter esta situação, mas até hoje  
188 não conseguiu reverter, mensalmente recebe cupom no CRAS. Lembrou que na ocasião  
189 da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, foi para Brasília apenas com a passagem



**Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 11 de setembro de 2012.**

190 de avião e dois passes: uma para ir e outro para voltar para casa, esta aqui hoje  
191 representando sua classe e fará de tudo para não desistir, apesar de perder dia de serviço  
192 para poder vir participar da reunião. Questiona que representa uma classe que não faz parte  
193 de fato, pois até hoje não conseguiu reverter esta situação, quanto a participação dos  
194 conselheiros usuários esta deve ser melhor planejada e com melhores condições. Neusa  
195 pede que cada coordenadora de CRAS analise a real situação de seus conselheiros  
196 representantes dos usuários para que possamos viabilizar de forma igual a participação de  
197 todos os conselheiros. Lembrou da eleição complementar dos conselheiros que será no dia  
198 25 de setembro, e ressaltou a importância do fortalecimento da participação da sociedade  
199 civil neste conselho. Lembrou que o CMAS, além do Controle Social sobre as prioridades e  
200 os respectivos recursos da Política Pública de Assistência Social, representa também o  
201 espaço de expressão oficial da sociedade civil e que deveria ser presidida pelo  
202 representante da Sociedade Civil. Relato da comissão de fundo: Ordália elucida sobre a  
203 situação dos convênios dos CRAS das entidades, sobre os valores pagos que estes devem  
204 ser maiores, Sandra Bianconi explica que oficialmente estas entidades não encaminharam  
205 nada para a secretaria de assistência social e que deve ser encaminhado com cópia para o  
206 Conselho Municipal de Assistência Social. A presidente e representante da Comissão de  
207 Fundo, Neusa explica que através da análise do Relatório de Despesas do SIT – Sistema  
208 instituído pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, foi detectado tal situação e que  
209 mediante contato com as instituições, as mesmas encaminharam alguma informações sobre  
210 a insuficiência do recurso. O conselheiro Aurélio Caetano esclareceu que a Procuradoria  
211 Geral do Município ainda não se manifestou para realizar o convite as entidades. Sandra  
212 Bianconi recomendou que seja apresentado o valor real necessário para execução do serviço  
213 conveniado, e que se as entidades não refizerem o convênio ficaremos sem este serviço, e  
214 que, a secretaria de assistência social deve adotar um posicionamento sobre o que fazer.  
215 Redimensionar os técnicos que atuam em outros CRAS para formar outro? Isso deve ser  
216 repassado ao Prefeito Municipal para que seja tomada uma decisão. Marcia Valin Paiva  
217 lembra que em outras reuniões foi exposto que não seria realizada nenhuma alteração de  
218 valores nos convênios, ratificado que não existia nenhuma forma de alteração no orçamento,  
219 e que não iriam rever os valores repassados as entidades por ser ano eleitoral, não acha  
220 justo este aumento apenas para estas entidades. Sandra Bianconi explica que este conselho  
221 expõe o que pode ser feito e que a comissão esta apenas apresentando o que aconteceu no

**Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 11 de setembro de 2012.**

222 âmbito na comissão de fundo. A conselheira Ordália esclarece que as instituições não  
223 prestam a conta como deveriam por isso não conseguem visualizar a situação das entidades  
224 sobre o relatório do SIT. Neusa explica que trata-se de uma decisão interna da Secretaria de  
225 Assistência Social, quanto a continuidade do conveniamento ou do processo de  
226 municipalização dos CRAS, portanto não é uma decisão deste conselho. Até a próxima  
227 reunião a Secretaria Municipal de Assistência Social deverá encaminhar uma proposta sobre  
228 este assunto. Retomando a questão do debate Marcia Valin faz a leitura das perguntas para  
229 serem analisadas diante dos tópicos já definidos para o debate. Ficou aprovado a inclusão no  
230 Termo de Compromisso com os candidatos, sobre a forma de formalização do processo de  
231 co-financiamento da rede não governamental e quanto as questões, a presidente verificará se  
232 os apontamentos apresentados já foram contemplados nas questões sistematizada.  
233 Passamos para o último ponto de pauta fazendo a leitura dos informes: A conselheira Maria  
234 Inês explica que é necessário realizar um esclarecimento sobre os valores do PRONATEC,  
235 em um primeiro momento era de R\$50 mil e atualmente este valor é de R\$ 500 mil. A  
236 conselheira Samia Mustafá esclarece que o valor mínimo para 12 mil famílias para município  
237 de pequeno porte é de R\$50 mil, e que para Londrina é de 500 mil e temos que executar este  
238 valor, acrescentando que ela e a coordenadora de CRAS centro A Eliane konno estão como  
239 interventoras e que a técnica responsável é a Assistente Social Valéria Bezerra. Informou que  
240 este programa poderia ser repassado à rede não governamental, mas ao passar este recurso  
241 para entidade, o recurso só poderá ser usado para manutenção do Programa. Sandra  
242 Bianconi explica que foi realizada uma consulta sobre a utilização do recurso, e informaram  
243 que a Portaria 448/2002 diz que não podemos gastar com pagamento de pessoal. A  
244 presidente Neusa Tiba sugere que devido a complexidade do tema, o assunto seja pautado  
245 para próxima reunião e o CMAS aprova a proposição. A representante da EPESMEL –  
246 assistente social Márcia Valin pede para constar em ata de que forma isso vai ser  
247 executado. A presidente Neusa Tiba explica que irá informar a Secretaria de Assistência  
248 Social sobre estes questionamentos para que sejam apresentadas na reunião, conforme já  
249 deliberado nesta reunião. A Seguir a presidente passou os informes das reunião: **1)** Ofício nº  
250 883/2012 que encaminha a ata da reunião ocorrida em 21/06 com o CMAS; **2)** Neusa informa  
251 sobre a reunião ocorrida entre a mesa diretora do CMAS e o Secretario de Saúde e a  
252 comissão indicada por este, tendo como pauta a discussão do Fluxo de inscrição das casa de  
253 apoio no Conselho de saúde. Foram tirados alguns encaminhamentos: envio de ofício à



**Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 11 de setembro de 2012.**

254 Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social do Paraná; discussão em reunião  
255 do Conselho Municipal de Saúde. **3)** Neusa informa ainda que foi solicitado pauta em reunião  
256 do Fórum Regional de Assistência Social- FOREAS para que possamos pautar na região e  
257 cobrar um posicionamento do estado em relação a inscrição de serviços na área da saúde,  
258 como as casa de apoio, mas a reunião ainda não foi marcada. **4)** Recebimento de ofício  
259 circular externo MDS/SNAS/DEFNAS/CGEOF nº 47/2012 comunicando a transferência de  
260 recursos ao FMAS: ACESSUAS competência 06/12 394.914,00; IGD-SUAS competência  
261 06/12 7.936,63; PACI competência 06/12 9.500,00; PACII competência 05/12 30.000,00;  
262 PACII competência 07/12 30.000,00; PACII competência 08/12 30.000,00; PACII  
263 competência 09/12 30.000,00; PACII competência 10/12 30.000,00; PACII competência 06/12  
264 30.000,00; PBF competência 06/12 72.000,00; PFMC competência 05/12 65.200,00; PFMC  
265 competência 05/12 25.000,00; PFMC competência 04/12 25.000,00; PFMC competência  
266 03/12 25.000,00; PROJOVEM-PBVI competência 05/12 10.050,00; PTMC competência 05/12  
267 26.788,28; PVMC competência 06/12 6.000,00. **5)** A representante da Gerência de  
268 Transferência de Renda - Lorraine informa os números de atendimentos do Programa Bolsa  
269 Família, SISPETI e os novos beneficiários., tendo como referência os meses de julho e  
270 agosto de 2012. A presidente Neusa Tiba sugeriu que em todas as reuniões do CMAS seja  
271 previsto o item Instância de Controle Social assim como já é previstos a Diretoria de Gestão  
272 do Sistema de Municipal de Assistência Social para que possamos articular melhor o fluxo  
273 de informações e deliberações entre o CMAS, o Órgão Gestor e a Instância de Controle  
274 Social. Encerrada a discussão da pauta e, nada mais a tratar, eu, Simoni Michele de Oliveira  
275 Schibelsky, lavrei a presente ata que deverá ser submetida à aprovação da plenária.